

# Itaú e Bradesco economizam R\$ 200 mi em impostos com operações em Luxemburgo

FERNANDO RODRIGUES  
DE BRASÍLIA

05/11/2014 18h00

CLIQUE NO TEXTO

PUBLICIDADE

Uma simples troca de papéis resultou numa economia de R\$ 200 milhões nos impostos pagos pelo Bradesco e pelo Itaú-Unibanco, dois dos maiores bancos brasileiros. Essas operações foram concluídas em 2008 e 2009 em Luxemburgo, um pequeno paraíso fiscal europeu.

A prática é conhecida como elisão fiscal -deixar de pagar impostos usando ao máximo todas as brechas possíveis que a lei oferece. Não se trata, em princípio, de um crime. Tampouco é algo novo, mas desta vez tudo está comprovado e detalhado em 1.028 documentos inéditos que expõem essas operações de uma forma nunca antes vista.

Esses arquivos secretos foram obtidos pelo ICIJ(Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos), uma ONG com sede em Washington, capital dos Estados Unidos. O acervo contém informações de 343 empresas de diversos países. Os documentos foram produzidos pela consultoria internacional PwC (PricewaterhouseCoopers), que presta serviços de "assessoria tributária".

A PwC é a mesma empresa que faz a auditoria dos resultados financeiros da Petrobras. Tem assessorado a estatal brasileira em meio ao atual escândalo de corrupção descoberto neste ano pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

A **Folha** teve acesso aos documentos produzidos pela PwC em Luxemburgo por meio de uma parceria com o ICIJ. Durante cerca de seis meses, o jornal e

## ICIJ

### CONFIRA TODAS AS REPORTAGENS

1. Itaú e Bradesco economizam R\$ 200 mi em impostos com operações em Luxemburgo
2. Bradesco tem 40 pessoas em paraíso fiscal; Itaú agora opera da Suíça
3. Bancos negam fazer acordos para pagar menos impostos
4. 4 grandes consultorias têm papel central nas operações em paraísos fiscais
5. Pepsi, Ikea e FedEx também usaram Luxemburgo para pagar menos impostos
6. Animação explica sistema tributário de Luxemburgo; veja

**In English** 1. Itaú and Bradesco Cut Secret Deal with Luxembourg to Save US\$90.2 Million in Tax in Brazil

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Para calcular o quanto um banco deixa de pagar de impostos quando tem uma operação em Luxemburgo, é mais fácil observar uma situação hipotética.

Por exemplo, digamos que o lucro de um banco brasileiro em Luxemburgo tenha sido de 100 milhões de euros. Se o governo luxemburguês aceitar reduzir esse valor para 75 milhões de euros (por conta de um "ativo fiscal intangível"), a instituição financeira deixará de recolher impostos sobre a diferença, que foi de 25 milhões de euros.

Quando esse banco do exemplo acima declarar seus lucros no Brasil, deixará de pagar o equivalente a 10 milhões de euros (40% sobre 25 milhões de euros). Tudo com base no acordo tributário secreto entre a instituição financeira e o governo de Luxemburgo.

A **Folha** consultou técnicos da Receita Federal do Brasil que analisaram detalhadamente os contratos firmados separadamente por Bradesco, Itaú e Unibanco com o governo de Luxemburgo. A conclusão de todos, em entrevistas reservadas, é que foram operações contábeis para reduzir o pagamento de impostos no Brasil.

O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Martins, também analisou os documentos da PwC a pedido da **Folha**. Eis sua avaliação:

"A Receita Federal não se manifesta sobre casos concretos. Esclarece, todavia, que tem identificado e autuado operações praticadas por empresas situadas no Brasil com empresas vinculadas ou pertencentes ao mesmo grupo no exterior quando essas operações são estruturadas para gerarem, de forma artificial, perdas no país e ganhos no exterior que não serão tributados, seja por ocorrerem em paraísos fiscais ou por estarem acobertadas por acordos de não tributação. Trata-se de mais um planejamento tributário internacional abusivo, com o único propósito de gerar redução dos impostos a serem pagos no Brasil".

Editoria de Arte/Folhapress

#### ACORDOS FISCAIS FEITOS PELA PWC PARA OS BANCOS

**A** "Tax goodwill"  
É "direito  
creditório sobre uma  
rentabilidade prevista  
no futuro". Ou seja, o  
banco propõe receber  
um benefício fiscal de  
Luxemburgo,  
prometendo que haverá  
lucros algum dia

**B** "Hidden  
contribution"  
Serviços dos bancos  
no Brasil em benefício  
de subsidiárias em  
Luxemburgo, como  
captação de clientes.  
A "contribuição  
oculta" vira um "ativo  
fiscal intangível"

**C** "Intangible  
tax asset"  
O ativo fiscal  
intangível é derivado  
da contribuição oculta.  
O banco diz que fez um  
serviço para si próprio  
em Luxemburgo. O  
paraíso fiscal aceita,  
e o lucro cai

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Para calcular o quanto um banco deixa de pagar de impostos quando tem uma operação em Luxemburgo, é mais fácil observar uma situação hipotética.

Por exemplo, digamos que o lucro de um banco brasileiro em Luxemburgo tenha sido de 100 milhões de euros. Se o governo luxemburguês aceitar reduzir esse valor para 75 milhões de euros (por conta de um "ativo fiscal intangível"), a instituição financeira deixará de recolher impostos sobre a diferença, que foi de 25 milhões de euros.

Quando esse banco do exemplo acima declarar seus lucros no Brasil, deixará de pagar o equivalente a 10 milhões de euros (40% sobre 25 milhões de euros). Tudo com base no acordo tributário secreto entre a instituição financeira e o governo de Luxemburgo.

A **Folha** consultou técnicos da Receita Federal do Brasil que analisaram detalhadamente os contratos firmados separadamente por Bradesco, Itaú e Unibanco com o governo de Luxemburgo. A conclusão de todos, em entrevistas reservadas, é que foram operações contábeis para reduzir o pagamento de impostos no Brasil.

O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Martins, também analisou os documentos da PwC a pedido da **Folha**. Eis sua avaliação:

"A Receita Federal não se manifesta sobre casos concretos. Esclarece, todavia, que tem identificado e autuado operações praticadas por empresas situadas no Brasil com empresas vinculadas ou pertencentes ao mesmo grupo no exterior quando essas operações são estruturadas para gerarem, de forma artificial, perdas no país e ganhos no exterior que não serão tributados, seja por ocorrerem em paraísos fiscais ou por estarem acobertadas por acordos de não tributação. Trata-se de mais um planejamento tributário internacional abusivo, com o único propósito de gerar redução dos impostos a serem pagos no Brasil".

Editoria de Arte/Folhapress

#### ACORDOS FISCAIS FEITOS PELA PWC PARA OS BANCOS

**A** "Tax goodwill" É "direito creditório sobre uma rentabilidade prevista no futuro". Ou seja, o banco propõe receber um benefício fiscal de Luxemburgo, prometendo que haverá lucros algum dia

**B** "Hidden contribution" Serviços dos bancos no Brasil em benefício de subsidiárias em Luxemburgo, como captação de clientes. A "contribuição oculta" vira um "ativo fiscal intangível"

**C** "Intangible tax asset" O ativo fiscal intangível é derivado da contribuição oculta. O banco diz que fez um serviço para si próprio em Luxemburgo. O paraíso fiscal aceita, e o lucro cai

O aspecto mais obscuro contido nas cartas da PwC ao governo de Luxemburgo é a descrição de como é calculado o "ativo fiscal intangível". Não há propriamente uma fórmula. Os bancos simplesmente sugerem um valor que pretendem considerar, o que é aceito pelo governo luxemburguês.

Os documentos preparados pela PwC para Bradesco, Itaú e Unibanco são quase idênticos: informam que o benefício deve ser concedido por conta de uma "contribuição oculta" que as instituições financeiras brasileiras fazem para suas subsidiárias em Luxemburgo.

O termo usado em inglês é "hidden contribution". Os bancos preferem traduzir como "contribuição não mensurável" (e não "oculta"). Mas em que consiste essa "contribuição"? Bradesco, Itaú e Unibanco informam ao governo de Luxemburgo que trabalham no Brasil (e por essa razão teriam custos) para alavancar seus negócios no paraíso fiscal.

Nos documentos preparados pela PwC, esses gastos "não mensuráveis" são descritos de maneira genérica como propaganda dos serviços oferecidos, captação de clientes, desenvolvimento de produtos financeiros, orientação para empresas e pessoas físicas do Brasil que desejam ter contas em Luxemburgo, compartilhamento do trabalho de pesquisa feito pela matriz, oferecendo conhecimento e know-how para áreas de gerenciamento de risco e "compliance", entre outras.

Bradesco, Itaú e Unibanco afirmam que 95% dos clientes e negócios que mantinham em Luxemburgo à época dessas operações derivavam dos esforços de suas matrizes no Brasil.

Em resumo, os bancos prestam um serviço para si próprios no Brasil. Declaram então ao governo de Luxemburgo que esse "trabalho" deve ser lançado no balanço da subsidiária no paraíso fiscal -o tal "ativo fiscal intangível". Assim, reduzem o lucro e pagam menos impostos.

Não existe evidência de irregularidade nessas operações. Do seu lado, os bancos negam ter feito os contratos com Luxemburgo apenas para reduzir seus impostos devidos no Brasil. A partir da divulgação dos documentos revelados nesta reportagem, caberá à Receita Federal do Brasil decidir se abre algum procedimento formal para analisar essas operações.

O governo brasileiro não tem uma estimativa de quanto os bancos e outras empresas deixam de pagar de impostos com base em operações em paraísos fiscais como Luxemburgo. A Receita Federal do Brasil tem um departamento que cuida da fiscalização de grandes contribuintes. Em 2013, a equipe dessa área fez autuações que resultaram num total de R\$ 105 bilhões em autuações que incluem multas e impostos supostamente não pagos -mas esse valor

## COMO IR PARA O PARAISO FISCAL E REDUZIR IMPOSTOS NO BRASIL

Bancos brasileiros, auxiliados pela PwC, prestam serviço para si próprios e conseguem desconto no Imposto de Renda

**Vazamento de documentos**  
O ICIJ (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos) teve acesso a acordos negociados pela PricewaterhouseCoopers em Luxemburgo. Jornalistas de 26 países analisaram os dados. A **Folha** fez a apuração no Brasil



### O imposto dos bancos no Brasil

Os bancos têm de declarar no Brasil os lucros no exterior. A Receita cobra 25% de IR e 15% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Alíquota total: 40%. Se o lucro diminui, os bancos pagam menos imposto no Brasil



### PASSO A PASSO



#### 1 Exterior

Em 2008 e 2009, Bradesco, Itaú e Unibanco usam suas subsidiárias em Luxemburgo, país considerado um paraíso fiscal por ter impostos baixos ou até inexistentes



#### 2 Custos

Os bancos informam ao governo de Luxemburgo que trabalham no Brasil para manter as subsidiárias, prestando a elas serviços como propaganda e captação de clientes



#### 3 Contribuição oculta

Esse custo é declarado como "hidden contribution" ou contribuição oculta (para os bancos, "contribuição não mensurável"). O valor é reconhecido pelo governo de Luxemburgo como "ativo fiscal intangível", o que resulta numa redução da base tributável no paraíso fiscal, que é lançada por